

## POLÍTICA

## ALÉM DA NOTÍCIA

*Sarney e os generais*

O acordo político nacional, proposto pelo presidente José Sarney, só encontra viabilidade porque antes assentou um compromisso tácito com os antigos donos do poder, os militares, de não-intervenção e abandono da postura de tutela com que vinham se mantendo há 20 anos. No jantar oferecido pelo ministro do Exército ao presidente da República, na noite de sexta-feira, com a presença dos 14 generais de quatro estrelas, esse pacto de natureza tácita ficou consagrado como a base institucional do novo regime civil.

O presidente e o governo têm mãos livres para agir, pois o suporte militar passou a ser um resguardo constitucional para a manutenção da ordem e garantia da soberania nacional. Nenhum chefe militar ocupa hoje posição administrativa civil, e o Exército se comporta como uma instituição regida por critérios profissionais.

Não há pressão dos ministros militares sobre o presidente Sarney, mesmo em face da polêmica reforma agrária lançada, mas já novamente adiada pelo chefe do Governo. As greves, igualmente, não preocupam as autoridades militares pois têm sido discutidas com mais largueza do conceito da livre negociação, somente intervindo o governo em casos extremos de intolerância. Nos dois setores — reforma agrária e sindicatos — agrada às Forças Armadas a conduta presidencial e de todo o governo, notadamente pelo fato de que o presidente Sarney usa de contrapesos para manter a autoridade do poder civil, como no caso da reprimenda pública aos grevistas do sistema previdenciário.

O presidente da República, no domínio de suas relações com os militares, vem sendo regido por fatores históricos que acabaram por se tornar benéficos à afirmação do Sr. José Sarney no poder, após o falecimento do presidente eleito Tancredo Neves. Primeiramente, pela escolha do general Leônidas Pires Gonçalves para o Ministério do Exército, que não trouxe ao Forte Apache o penacho de amigo do presidente, mas de um soldado profissional, obcecado pelo garbo e pela disciplina de sua força. O general incomoda muitos no Exército porque é intolerante e exigente: mas, felizmente, para dentro de sua área.

Na madrugada decisiva para a posse do então vice-presidente Sarney, foi o general Leônidas quem deu a palavra final sobre a constitucionalidade da sucessão, entre muitos políticos que sequer, como ele, portavam a Constituição. Fora convidado para a reunião como um ministro de Tancredo presente ao Hospital de Base — não recusou, nem ficou constringido como militar: já havia incorporado o espírito da Nova República, que o tornava um igual, não o *primus inter pares*.

Outra sorte do presidente Sarney foi a escolha, por Tancredo, do general Bayma Denys, que segundo se capta dos sentimentos presidenciais o tem encantado com uma postura hábil e discreta no sentido de manter o equilíbrio das relações com o meio militar. Do Gabinete Militar não mais emanam ditados, nos conselhos.

O núcleo em que se apóia o Sr. José Sarney, para reger sua política de franco diálogo com o meio castense, tem outro apoio no general Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI, reservado, mas que se tem prestado à obra desejada pelo general Golbery do Couto e Silva como a única que talvez o seduziria a voltar um dia ao poder: dismantelar a máquina fechada e a versão policialesca do SNI. Seu antigo companheiro de grupo "castellista", o general Ivan, encarrega-se, porém, de materializar o sonho do ex-chefe do Gabinete Civil. A escolha do general Ivan foi ditada pelo falecido presidente eleito para equilibrar, como general de quatro estrelas, a influência do ministro do Exército. Mas não foi preciso: as peças se encaixaram de tal forma que o presidente José Sarney tem a oportunidade de antecipar para julho o encontro anual que os chefes do poder mantinham com os oficiais-generais, a cada dezembro.

LEONARDO MOTA NETO